

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.001](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.001)

A PRODUÇÃO DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR (A) EM SUAS RELAÇÕES COM O PODER POLÍTICO LOCAL

Maria Alveni Barros Vieira

Professora Doutora da universidade Federal do Piauí\Picos – mariaalvenibarros-vieira@gmail.com

RESUMO

A profissão docente no contexto do Brasil imperial é o tema desse trabalho que pretende refletir acerca da produção do cargo público de professor nas províncias brasileiras em suas relações com a política partidária local. Adota como espaço específico do estudo a província do Piauí no interstício temporal que cobre o período de 1860 a 1870. As análises sobre o tema referenciam-se na produção conceitual e metodológica da História Social em suas interfaces com a assim chamada Nova História Política. Desta feita se fez a opção por trabalhar com algumas referências teórico-conceituais de autores que acreditamos serem essenciais para o entendimento do quadro reflexivo no qual a pesquisa irá se mover, a saber: Foucault (1988), Grahlan (1990), Catani (2000) e Burke (2002). A pesquisa tem como fonte documental os relatórios dos presidentes da província no Piauí presentes no Arquivo Público Piauiense, além de bibliografia referente ao tema. O estudo indica que o magistério público no Piauí provincial era uma profissão de risco, pois ao mesmo tempo em que os professores eram pressionados pela burocracia imperial a manterem-se distantes das disputas político-partidárias, viam-se obrigados a definir posição nos conflitos políticos existentes, dado os laços de família, de amizade e apadrinhamento que mantinham com o chefe político local.

Palavras-chave: Profissão docente, Exercício do poder, Clientelismo, Província do Piauí.

INTRODUÇÃO

No decorrer do período imperial brasileiro, o processo de funcionarização da profissão docente como projeto de laicização dos professores subordinando-os à autoridade do Estado, se desenvolveu através de uma trajetória repleta de hesitações e de recuos, consubstanciando-se em uma luta lenta e difícil para homens e mulheres no campo profissional.

Vivia-se, então, em um cenário de correlações de forças, pois embora os professores tenham configurado como agentes públicos dentro da rede administrativa construída ao longo do Império, devendo atender às normas e exigências regulamentadoras das suas atividades, estes se encontravam também imiscuídos nos meandros da política local, situação, que no entender de Rizinni (2005), os transformava em,

Agente importante na dinâmica do clientelismo na instrução pública. Ora apresentado como acionador do patronato, ora como vítima do partidarismo, ele era uma peça sensível às condições políticas do momento, podendo mover-se ou ser movimentada de acordo com o jogo político em ação. (RIZINNI, 2005, p.24).

Neste trabalho propomos refletir sobre a história da profissão docente no período imperial através da análise das forças políticas partidaristas locais que se vetorizavam no interior do magistério público e que intervinham diretamente na profissionalização dos professores e professoras nas províncias brasileiras. Adotamos como recorte espacial a província do Piauí no interstício temporal que cobre o período de 1860-1870.

As fontes de informações utilizadas na feitura do texto foram compostas por obras tanto de cunho histórico, que trabalham aspectos variados da sociedade e da cultura brasileira e piauiense, como de obras que abordam especificamente a profissão docente no período Imperial, além de um conjunto de documentos impressos e manuscritos, produzidos no século XIX pelos poderes Executivo e Legislativo que pertencem ao Arquivo Público do Piauí.

As análises das fontes foram elaboradas em referência aos termos profissão docente, formas de exercício do poder, clientelismo,

apadrinhamento e afilhadagem. O primeiro termo, profissão docente, encontra-se referenciado nos escritos de Catani (2009) que defende a sua utilização para unificar várias dimensões do exercício profissional do magistério como as formas de organização da categoria profissional. Em relação a concepção de poder adotada, partimos do entendimento de Foucault (1988) de que existem poderes disseminados em toda a estrutura social por intermédio de uma rede de dispositivos da qual ninguém escapa. O poder único não existe, poder não se possui posto que é algo que se exerce.

O termo clientelismo, é apresentado dentro de uma perspectiva histórica concreta, descrita por Graham (1990), como uma forma de cultura política cuja finalidade era a habilidosa distribuição de cargos públicos, proteção e favorecimento em troca de lealdade política e pessoal. Os termos apadrinhamento e afilhadagem, ancorados nas construções teóricas de Burke (2002), são postos em complemento ao entendimento de clientelismo elaborado por Graham (1990).

As análises indicam que no Piauí do século XIX, o magistério era uma profissão sem estabilidade, como qualquer outra no Império, onde se fazia necessário escolher bem as amizades e evitar inimizades gratuitas, procurando sempre comportar-se do modo mais exato, de acordo com a função pública ocupada e manter uma moral inquestionável para não correr o risco de proporcionar munição aos adversários na corrida pelo poder. No entanto, deve-se considerar que os professores, longe de serem a massa inerte sobre a qual o potentado local agia, antes revelam-se como partes importantes de uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais, ora representando o papel de apoio, ora o papel de adversário, resistindo ao jogo do poder, mas apenas aquele que punha em risco a sua posição privilegiada de funcionário público do império.

METODOLOGIA

Este trabalho, cujo objetivo é refletir sobre a profissão docente no Brasil Imperial a partir da análise das interferências políticas no cotidiano das funções docentes no Piauí no período de 1860 – 1870, foi delimitado de acordo com o material disponível no Arquivo

Público do Piauí. Assim, o recorte temporal justifica-se por ser o período em que se acentuam as remoções e demissões de professores do magistério público piauiense.

O referencial metodológico utilizado para análise será o da “Nova História Política”, principalmente: pelo entendimento da importância dos sujeitos comuns compreendidos como sujeitos históricos; pela expansão das fontes a serem utilizadas pelos historiadores, contudo, sem desprezar uma documentação já tradicional, só que agora analisadas com um novo sentido e por propor uma investigação voltada para a história cotidiana. As fontes de informação combinam o uso de documentos primários e secundários. Na categoria de fontes primárias serão utilizados os relatórios anuais dos presidentes da província do Piauí. As fontes secundárias compreenderam um conjunto de obras históricas que tratam sobre o assunto ou que concorrem para a sua análise e entendimento.

Considerando que os documentos a serem analisados encontram-se impregnados de (res) sentimentos e emoções inerentes aos conflitos partidários existentes em torno das remoções e demissões dos professores, procurar-se-á ficar atento ao que Lê Goff (1998) chama de aspectos subjetivos dos documentos. Nesse sentido, deverá ser feita uma correlação entre as fontes selecionadas para a construção do objeto de estudo interpretando e situando os documentos historicamente.

O quadro reflexivo no qual o trabalho irá se mover fundamenta-se nos conceitos de profissão docente (CATANI, 2000), exercícios do poder (FOUCAULT, 1979,1988), clientelismo (GRAHAN, 1996), além das noções de apadrinhamento e afilhadagem trabalhados por Burke (2002). No entender de Catani (2000), o termo profissão docente deve ser utilizado para unificar várias dimensões do exercício do magistério até então analisadas de maneira compartimentalizada. Desta feita o que a expressão possui de elucidativo é:

[...] justamente, a noção unificadora das várias dimensões do exercício profissional do magistério, cuja concepção exige a análise simultânea e integrada dessas mesmas dimensões: a formação, a instituição e os saberes, o exercício concreto da atividade, as relações com o Estado, as formas de organização da categoria profissional. (CATANI, 2000, p. 587)

A autora ressalva que, apesar das considerações tecidas acerca do termo profissão docente, é preciso observar, que nem sempre esses aspectos são analisados no interior de um mesmo trabalho e que algumas dimensões do tema geralmente são deixadas de lado nas análises a exemplo das interferências dos conflitos políticos no magistério público.

No que tange a concepção de poder adotada, esta emergiu de algumas análises preliminares sobre as interferências da prática clientelista no magistério público piauiense do século XIX, quando se percebeu, através de evidências fornecidas pelo próprio material de pesquisa, que as ingerências do poder político na profissão docente não aconteciam por uma relação direta com o Estado mas, ao nível efetivo das redes de solidariedade locais nos quais os mestres se encontravam inseridos.

A partir destas constatações, fez-se a opção de trabalhar com as bases conceituais delineadas por Foucault (1988) acerca das relações de poder nas sociedades, negando a existência de uma única forma de poder. Segundo o autor, o que existe são formas variadas de exercício do poder e esses exercícios do poder podem ser encontrados não somente nas relações diretas com o Estado, mas também no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atingindo seus corpos, inserindo-se em seus gestos, atitudes, discursos, em sua vida cotidiana. Vale ressaltar que Foucault (1988) não concebe os indivíduos como alvos inertes do poder. Ao contrário, de acordo com suas proposições o poder tem um caráter relacional e nesse sentido os indivíduos encontram-se tanto em posição de exercer este poder, como em posição de sofrer sua ação.

Outro termo/situação necessário às análises deste trabalho são as relações clientelistas que interferiam diretamente no magistério público. É conhecida a presença clientelista na política brasileira, estudiosos do assunto como Faoro (1991) e Carvalho (2000), confirmam que na época do Brasil Imperial, a distribuição de favores, as pequenas barganhas e os empenhos costuravam a nível local a vida política do império. O clientelismo era elemento importante no exercício do poder, esperado pelos favorecidos, aceito pelos que exerciam.

Em análise acerca do clientelismo na política brasileira do século XIX, Graham (1990), observa que de 1840 a 1889, a ascensão

e queda de famílias e partidos dependem da distribuição habilidosa de cargos públicos, proteção e favorecimento em troca de lealdade política e pessoal. Essa era a lógica do clientelismo que no entendimento do autor, por ter esse caráter de troca, pode ser definido como uma forma de cultura política cuja finalidade no século XIX era:

Preencher cargos do governo e proteger clientes humildes, até mesmo agricultores sem-terra. No Brasil do século XIX, esses dois tipos de favor entrelaçavam-se por meio das eleições, que testavam e demonstravam a liderança do chefe local [...]. A família e o lar formavam o alicerce de uma estrutura de poder socialmente articulada. O potentado local e seus seguidores trabalhavam para ampliar essa rede de dependência. (GRAHAN, 1990, p.38).

Nessa perspectiva, a rede clientelista se ampliava a partir das trocas de favores, das promessas, da proteção, enfim das relações que configuravam como apadrinhamento e afilhadagem. A existência de relacionamentos do tipo padrinho-afilhado na vida política não constitui uma característica peculiar da sociedade brasileira. Ao contrário, esta é uma prática existente há séculos atrás, quando não tinha importância as ideologias, nem um programa político a ser defendido, mas um relacionamento comum com determinado líder. Em elaboração dos constructos teóricos acerca dos termos apadrinhamento e afilhadagem, de Burke (2002) os define como:

Um sistema fundamentado em relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos bem como deferência expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, emprego e proteção aos afilhados. É assim que conseguem transformar riqueza em poder. (BURKE, 2000, p. 104).

De fato, no Brasil, assim como em outras culturas ibéricas, ser padrinho e afilhado trazia consigo importantes obrigações de ajuda

mútua. Era a partir da família que as autoridades locais montavam a sua clientela. O prestígio político das autoridades locais mantinha relações diretas com o tamanho do grupo de parentesco. No Piauí, não seria diferente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos realizados por Nóvoa (1999) acerca da profissão docente na Europa ocidental indicam que, embora a origem desta tenha lugar no seio de algumas congregações religiosas existentes no século XIV, a construção do cargo público de professor só terá início na segunda metade do século XVIII, a partir do movimento de secularização e estatização do ensino. No Brasil, o movimento de secularização e estatização do ensino, aconteceu em fins do século XVIII e início do século XIX, com o envio de professores régios portugueses para substituírem os jesuítas nas funções docentes.

Nesse período, era competência do Conselho Ultramarino administrar a instrução pública na Colônia, incluindo-se as autorizações para nomear os candidatos ao cargo de professor, bem como exonerar das funções magisteriais aqueles mestres que se revelassem incapazes de reconhecer e transmitir como legítimas as leis e os costumes da Corte. Cardoso (2004) assevera que no cenário político brasileiro de colonização apenas homens de boa família, indicados pelo Conselho Ultramarino, poderiam exercer as funções de mestres, uma vez que no entendimento do governo real de Portugal, só o indivíduo que acreditava naquilo que estava ensinando poderia constituir numa autoridade moral, capaz de transmitir aos seus alunos a importância das regras sociais vigentes na Corte.

Com o advento da independência política do Brasil em relação a Portugal, busca-se reestruturar a instrução pública ajustando-a à nova realidade do Estado nacional brasileiro. Assim, é que, em 1822 foram encaminhadas medidas institucionais que tinham intencionalidade de criar um sistema de ensino com seu resultado legal expresso na *Lei de 15 de outubro de 1827*, que estabelecia, dentre outras coisas: os ordenados dos professores, a instrução dos mestres no método do ensino mútuo, os conteúdos que lhes competiam ministrar aos alunos e as formas de ingresso na carreira do magistério público.

Posteriormente, em consequência do *Ato Adicional de 1834*, cada província brasileira, seguindo o exemplo do município da Corte, tratou de produzir um conjunto de leis que buscava regulamentar e uniformizar a prática docente. No entanto, observa Rizzini (2005), a despeito das inúmeras leis promulgadas no sentido de produzir o lugar de professor no quadro do funcionalismo público do Império, o exercício do magistério ficara à mercê “[...] da ingerência direta dos interesses políticos, eleitorais e do clientelismo do Estado”. (RIZZINI, 2005, p.13.)

Ao fazer uma análise da formação sociopolítica brasileira, Faoro (1991), toma emprestado de Weber (1995) o conceito de Estado para explicar que o modelo de governo patrimonialista, então existente no Brasil do século XIX, baseava-se numa ordem improvisada, com servidores nomeados, conselheiros escolhidos, e uma máquina estatal inchada de funcionários públicos. Ali, o emprego público configurou-se, como um dos meios eficientes de controle da população brasileira, principalmente das forças territoriais:

O meio de submissão e controle da população fez-se pelo emprego público, reservada a criação, supressão e nomeação, no âmbito municipal e provincial, às assembleias legislativas. A colação dos empregos que é um meio de ação e influência (e a questão era em grande parte de empregos por meio dos quais cada domínio quer assegurar-se em seu bairro) passou das mãos de um poder mais distante, mais imparcial, por não estar tão perto, envolvido e interessado nas lutas e paixões pessoais e locais, para as influências, que muitas vezes se serviam dessa arma poderosa para se reforçarem e esmagarem aquelas aos quais se antojava disputar-lhes o governo da terra. E era tudo isso feito em nome da liberdade. (FAORO, 1991, p. 309).

Schwartzman (1998) corrobora a opinião de Faoro (1991), especialmente no que se refere à existência, na sociedade brasileira, de um Estado patrimonialista como uma herança lusa e quando afirma que, nesse modelo de sociedade, geralmente os governantes buscam manter o controle pessoal sobre territórios extensos por intermédio de seus “servidores”, embora esses servidores nem sempre fossem fiéis às tendências centralizadoras do governo.

Talvez, por essa razão, o próprio corpo docente do Estado Imperial fosse visto com cautela pelo executivo, pois ao mesmo tempo em que os mestres poderiam desenvolver uma prática educativa fortemente comprometida com o funcionamento do aparelho estatal, eles também poderiam elaborar críticas ao sistema vigente. Catani (2000) explica que o professorado, a exemplo das outras categorias de servidores públicos do período é ao mesmo tempo, uma solução para problemas administrativos e de consolidação do poder central e uma fonte de problemas e preocupações na medida em que podem se aliar ao potentado local no embate pela descentralização do poder.

Desta feita, ao longo do século XIX, a organização do cargo público de professor encontra-se imiscuída nas tramas política dos poderes locais, engendradas pelo revezamento entre representantes dos partidos políticos liberais e conservadores, que em meio a um intenso jogo de interesses particulares transformaram o magistério público em cenário de disputas, onde não cessavam as contratações, demissões e substituições dos mestres. Segundo análises de Veiga (2002), o uso político partidarista do cargo de professor público cria uma situação de instabilidade nas funções docentes, possibilitando a proliferação de uma rotina de arranjos e improvisos onde a dignidade profissional é sobreposta por uma rede clientelística de poder, direcionadora até mesmo do fazer pedagógico.

Sobre as especificidades das ingerências políticas partidárias na organização do cargo de professor público na província do Piauí, estudos feitos por Brandão (1995) acerca da rede familiar constituída no Piauí colonial, revelam que essa estrutura era de grande extensão e começou a ser delineada no Piauí na segunda metade do século XVIII, momento em que “[...] os membros de famílias constituídas por portugueses de nascimento e seus descendentes, já proprietários de terra, passaram a ocupar cargos e funções no quadro jurídico-administrativo do governo local”. (BRANDÃO, 1995, p.136).

Nas disputas entre os membros dessas famílias por vagas no serviço público, delineiam-se as regras do jogo do clientelismo nos quadros da burocracia brasileira. Ou seja, as pressões exercidas sobre os atores das relações apadrinhamento-afilhadagem, não deixavam margens para a preocupação em procurar o candidato

mais apto para ocupar os cargos, estes eram oferecidos aos seus afilhados tivessem eles competências ou não para exercerem aquelas funções.

É no século XIX, especificamente a partir de 1845, que se intensifica o movimento de regulamentação do sistema oficial de ensino e de uniformização do exercício docente na Província através da elaboração, pela Assembleia Legislativa do Piauí, da primeira lei provincial regulamentadora do ensino elementar: a Lei nº 198. A análise de um conjunto de documentos do Arquivo Público do Piauí permite perceber que as ingerências políticas ocorridas no magistério público da Província, aconteciam tanto por uma relação direta com o Estado, como ao nível efetivo das relações intrafamiliares e dos relacionamentos intergrupais nos quais os mestres se encontravam inseridos.

Enquanto os agentes do Estado imperial buscavam exercer domínio sobre o corpo docente da Província, influenciando os legisladores no estabelecimento de regulamentos que controlavam o exercício do magistério, no âmbito local, o potentado político apropria-se dessas resoluções e passa a manipulá-las em favor dos interesses pessoais, intencionando fazer do professorado aliados políticos nas eleições para cargos provinciais. Nesse cenário de disputas políticas, os professores viviam em meio a um forte jogo de interesses no qual, de um lado, os laços de família e amizade que lhes haviam garantido aquela função pública os obrigavam a definir posição nos conflitos políticos locais tanto como militantes como eleitores. Do outro, os representantes do governo central na Província recomendavam o não envolvimento nas disputas políticas locais.

De acordo com o Relatório do presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva (1852), era constrangedor ver os professores exercendo suas funções públicas e ao mesmo tempo exaltando-se pelo triunfo eleitoral dos partidos políticos, afinal,

Que confiança pode inspirar às famílias um professor lançado na luta dos ódios e das paixões, que nas pequenas localidades se vestem com cores políticas?

Qual tempo restará a um homem assim ocupado para formar o coração de seus discípulos e dirigir sua razão fraca e vacilante?

E que exemplo, senhores, recebe um menino na escola de um rábola, de um cabalista, de um homem cheio de rancor. (SARAIVA, 1852, p.13)

Ao perceberem a forte vinculação dos mestres com os representantes do poder político local, os presidentes da Província buscavam, nas reuniões feitas com a Assembleia Provincial, convencer os legisladores a criarem algumas normas que coibissem o envolvimento dos mestres públicos em ações político-partidárias. Dentre as medidas propostas pelos presidentes da província, destacamos aquela sugerida em Relatório por Ignácio Francisco Silveira da Mota (1850) que aconselhava à Assembleia Legislativa Provincial a retirar dos professores os instrumentos legais que lhes garantiam alguma estabilidade nas funções públicas: a vitaliciedade imediata de que gozavam os professores aprovados em concurso.

Quando esteve no exercício da presidência do Piauí, Antônio Francisco Pereira de Carvalho tentou esclarecer através de Relatório (1854) enviado à Assembleia Provincial que os concursos organizados pelas autoridades locais passavam longe do modelo burocrático impessoal, mas atendia ao fundamento lógico de escolher pessoas em quem pudessem confiar. E com exceção da sua parentela, os patronos só podiam confiar em sua clientela, em seus eleitores. Como forma de inibir essa prática, Carvalho (1854) propõe à Assembleia a contratação interina, por dois anos, dos professores concursados. Se, nesse período, o professor, então sob vigilância, não se envolvesse em conflitos de qualquer natureza, seria nomeado vitaliciamente, caso contrário, poderia ser oficialmente exonerado das suas funções públicas.

Apesar das constantes e reiteradas reclamações feitas pelos presidentes provinciais e das medidas adotadas de forma a dar garantias aos mestres públicos, estes continuariam a exercerem suas funções sob a engrenagem da pressão política partidária, que os transformava em agente importante na dinâmica do clientelismo na instrução pública, obrigando-os a se moverem de acordo com o jogo político em ação. O que nos leva a supor que, nesse período da funcionarização do cargo de professor no Piauí provincial, parece que, mais importante do que adquirir conhecimentos e técnicas que habilitasse as pessoas interessadas para o exercício

do magistério, era inserir-se diretamente nas redes de solidariedades locais.

Dessa maneira, os cargos públicos no magistério transformaram-se em mais um recurso a ser utilizado como qualquer outro nas relações de poder exercidas através do clientelismo. Tanto podiam ser concedidos como retirados, o que nos leva a considerar que as remoções e demissões dos cargos públicos, derivavam do princípio de que todas as relações sociais do período envolviam a troca de favores e proteção por lealdade, de benefícios por obediência.

Em estudos acerca dos processos de remoções e demissões no magistério público piauiense Vieira (2006, 2008) exemplifica a prática corriqueira através de 4 (quatro) exemplos concretos: primeiro, a exoneração da professora Antônia Maria da Conceição devido sua condição de mulher abandonada pelo marido e seu comportamento imoral, considerados inadequados para as funções públicas do magistério. Segundo, a exoneração da professora Antônia Rosa Dias de Freitas sob acusação de adultério. Terceiro, a demissão do professor Justiniano Gil de Almeida por despreparo ou capacidade para o exercício do magistério. Terceiro, a jubilação do professor David Moreira Caldas sob a acusação de insanidade.

Em relação a exoneração da professora Antônia Maria da Conceição, Vieira (2008) nos conta que a mesma, foi nomeada e 25 de setembro de 1868 como professora publica interina para a cadeira de primeiras letras da Vila de Picos. Sua trajetória como regente transcorreu em meio a agressões morais e profissionais a pessoa da referida professora. As primeiras denúncias acerca das prováveis inadequações da referida professora para o magistério público surgem em janeiro de 1869, sob acusação de falta de habilidade da mestra para “as coisas do magistério” o que fazia com que a cadeira tivesse um baixo número de alunas, cuja frequência não era regular. Não conseguindo a exoneração da referida professora, a partir de denúncias feitas à sua falta de habilidades para o exercício do magistério, o Inspetor Paroquial, juntamente com o Diretor Geral da Instrução na Província, decide mudar de estratégia e passa a denunciar, não mais as inabilidades profissionais de Antônia Maria da Conceição, mas sua condição de “mulher abandonada pelo marido” e seu comportamento imoral, considerados inadequados para as funções públicas do magistério. O Presidente

da Província (1869) responde com surpresa às reclamações feitas acerca do comportamento da professora em questão, e observa que é do seu conhecimento que aquela professora era uma senhora casada e até então dona de uma reputação ilibada que só começou a ser questionada logo após assumir suas funções. Contudo, aceita o pedido de exoneração da professora feito pelo Inspetor Paroquial justificando que as notícias a seu respeito, mesmo sendo falsas, tem abalado o seu conceito.

Vinculada a exoneração de Antônia Maria da Conceição está o afastamento da professora Antônia Rosa Dias de Freitas da cadeira de primeiras letras da Vila de Jaicós sob a acusação de comportamento moral inadequado às funções do magistério público, adultério e declaração de falta total de habilidades para o exercício do magistério. Em artigo escrito sobre a biografia da professora Antônia Rosa de Freitas, Vieira (2006) afirma que reiteradas e frequentes eram as acusações feitas à conduta moral da referida professora tanto por pessoas da comunidade, como pelo inspetor paroquial e elenca as seguintes como principais:

Defender publicamente aviltações consideradas inconvenientes a um funcionário público do Estado Imperial;

Ter suas aulas frequentadas apenas por alcobanas, ou seja, filhas de pessoas que sempre trabalham a favor da desordem e da imoralidade;

Ensinar determinados conteúdos que uma moça jamais deveria aprender;

Manter um relacionamento ilícito com o padre da paróquia de Jaicós. (VIEIRA, 2006, p. 1700.

Antônia Rosa Dias de Freitas era esposa do Coronel da Guarda Nacional que no momento das acusações se encontrava a serviço da pátria na guerra do Paraguai (1865-1870), o presidente da Província em exercício decide transferir a professora para a cadeira de primeiras letras da Vila de Picos que se encontrava vaga por conta da exoneração da professora Antônia Maria da Conceição. No entendimento de Vieira (2006), as decisões deferidas pelo presidente da Província ordenando o seu afastamento da cadeira de primeiras letras da Vila de Jaicós, por conta de agressões morais a

sua pessoa, referendou, de certa forma, a veracidade das acusações mesmo que fossem falsas e caso, algum dia, ela tenha conseguido reaver o seu cargo, o mesmo não aconteceria com a sua honra, maculada pelas depreciações morais que geram desconfianças e considerando a cultura da época, devem ter provocado um efeito avassalador naquela estrutura familiar.

Ao derredor dessa época, que foi a década de 1860, o professor Justiniano Gil de Almeida, tem suas funções no magistério público questionadas já no ano seguinte a sua contratação em 1869 pela suposta falta de habilitações do respectivo funcionário. Vieira (2008) relata que, de início, o professor em questão, contesta as denúncias feitas às suas habilidades e considera sua demissão arbitrária, considerando ter sido aprovado em concurso. Não sendo atendido, no seu pedido de reintegração no cargo de professor da cadeira de primeiras letras da Vila de Picos, através dos argumentos que poderiam indicar a sua habilidade para o magistério, o professor voltar a reclamar o seu emprego e consegue ser readmitido sob o argumento que até o presente momento nenhuma pessoa apareceu interessada em desempenhar as funções do magistério público naquela localidade.

Na década seguinte, (1870) destaca-se a jubilação do professor David Moreira Caldas, figura proeminente na sociedade piauiense oitocentista. Conforme escritos de Vieira (2008), o referido professor era um jornalista radical que tentou seguir carreira política como deputado provincial (1867-1868), contudo, desde de 1870, quando este aderiu e tornou pública a sua condição de republicano, passou a vivenciar sérios constrangimentos tanto entre ele e o governo imperial, como entre ele e o partido que lhe dera apoio (Liberal). Nesse período os membros do Partido Conservador assumiam o comando dos cargos na Província e vão encampar uma acirrada perseguição política ao professor. Suas ideias de federação divulgadas de maneira solitária no sertão do Piauí serviram de combustível para que seus desafetos políticos conseguissem associar seus discursos inovadores a rompantes de loucura. Tais acusações obrigavam o professor David Caldas a vir em público constantemente para defender sua sanidade mental, todavia, no ano de 1874, o professor David Caldas é jubulado das suas funções no magistério público e

passa a sobreviver das poucas aulas particulares que ministrava em sua residência.

No entendimento de Vieira (2008) desde o advento das oligarquias rurais, que articula o poder local, a avaliação dos critérios estabelecidos para os candidatos a uma vaga no magistério público no Piauí também passam a ser responsabilidade dos chefes políticos locais que, revestidos pelo poder que os cargos de inspetores e diretores da instrução pública lhes confere, exercem o controle sobre as atividades dos professores determinando, inclusive, os aspectos morais e imorais de suas condutas privadas que passaram a ser classificadas, muitas vezes, a partir de critérios políticos partidaristas. Assim, submetido a uma autoridade que controla seus atos e suas falas dentro e fora da escola, que fixa e normatiza sua ação e sua conduta através do detalhamento das habilidades, dos conhecimentos e dos comportamentos que o Estado considera apropriado para aquele momento.

Ocorre que, naqueles tempos tanto os liberais como os conservadores, aos assumirem o exercício do poder na província, faziam uma operação no funcionalismo público chamado de “tábua rasa” (QUEIROZ, 1988), com a qual o grupo vencedor era conduzido ao exercício dos cargos públicos enquanto o grupo derrotado passava a sentir os efeitos da perseguição e da marginalização de desempregos, além de serem insultados publicamente em todos os aspectos de suas vidas.

Assim, enquanto os agentes do Estado imperial buscavam exercer domínio sobre o quadro de professores públicos da Província, influenciando os legisladores no estabelecimento de regulamentos que controlavam o exercício do magistério, a nível local, o potentado político apropria-se dessas resoluções e passa a manipulá-las em favor dos interesses pessoais, procurando fazer do professorado um aliado político nas eleições para cargos provinciais.

Como desdobramento, os professores são envolvidos nas manifestações de causas políticas eleitorais, sujeitos às demissões, transferências e substituições, provocadas por parte daqueles que no momento em que ocupavam o poder, sonhavam serem capazes de conduzir os rumos da sociedade piauiense, com tranquilidade e coesão política, sem a desenvoltura de opiniões contrárias ao pensamento oficial.

É nessa perspectiva que Nunes (1942) afirma ser o magistério na província do Piauí uma profissão sem estabilidade, como qualquer outra no Império, onde se fazia necessário escolher bem as amizades e evitar inimizades gratuitas, procurando sempre comportar-se do modo mais exato, de acordo com a função pública ocupada e manter uma moral inquestionável para não correr o risco de proporcionar munição aos adversários na corrida pelo poder.

Era, também, o magistério, uma profissão de risco, pois ao mesmo tempo em viam-se obrigados a definir posição nos conflitos políticos existentes, dado os laços de família, amizade e apadrinhamento que mantinha com o chefe político local, os professores eram pressionados, por outras instâncias da burocracia imperial, a manterem-se distantes das disputas político-partidárias. A exigência da cumplicidade dos professores para com as figuras proeminentes da política local ocorria, principalmente, devido à renda anual dos professores que os transformava em eleitores na Assembleia Paroquial. Segundo Veiga (2002, p.09) “[...] esse fato poderia, entre outros, explicar o investimento na produção do lugar do professor como empregado público favorecedor ou não das redes clientelísticas de poder, em detrimento de sua formação profissional”.

É neste campo de correlações de força, do professor como eleitores da Assembleia Paroquial, que se deve tentar analisar as estratégias adotadas pelos mesmos para evitarem às remoções e às demissões do magistério público provincial. Posto que, segundo indicam documentos analisados do Arquivo Público Piauiense, se existiram as ações do poder local sobre o quadro de professores do Piauí provincial, também existiram, algumas formas de resistência a elas. Acreditamos, todavia, que as estratégias de resistências arquitetadas pelos professores no período em estudo, não possam ser caracterizadas como um movimento de classe, mas antes como ações isoladas, sem qualquer articulação entre os membros daquela categoria profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, momento em que o Estado nacional brasileiro demonstra uma preocupação em organizar, normatizar e direcionar o magistério público do ponto de vista de um discurso técnico,

burocrático e impessoal. Momento em que se intensifica a idéia de que era preciso formar o professor na aquisição de um conjunto de saberes científicos que o habilitasse para o efetivo exercício do magistério. Momento em que a educação escolar é percebida como um dos caminhos possíveis para o alcance da modernidade, da civilização, do progresso e manutenção da ordem Imperial. Na prática, vê-se, as ingerências das relações clientelistas na organização do cargo de professor público nas províncias brasileira, especificamente, na província do Piauí.

Concursos fraudulentos, demissões arbitrárias e afastamento dos mestres da sala de aula por desavenças políticas, ausência de professores nas escolas, contratação de pessoas com pouca, ou nenhuma habilitação que as qualificasse, conforme o exigido na época, para ocupar uma vaga de professor no quadro do funcionalismo público imperial. Essas, e outras denúncias encontradas no conjunto dos documentos analisados no Arquivo Público do Estado do Piauí, nos permitem supor a influência direta e constante exercida pelos grupos políticos familiares que disputavam acirradamente o provimento dos cargos públicos existentes no período, aí inclusas as vagas existentes para o magistério.

Assim, longe das leis e das normas que regulamentam o exercício da profissão docente na província do Piauí, esta função pública vai, também, se conformando em mais um recurso a ser utilizado, como qualquer outro, nas relações de poder exercidas através do clientelismo na política partidarista local. Os cargos no magistério público provincial tanto podiam ser concedidos como retirados, o que nos leva a considerar que a produção do lugar de professor público do período, envolvia, dentre outros aspectos, a troca de favores, a proteção por lealdade, os benefícios por mando/ obediência.

A despeito do que foi exposto, acredita-se que o tema, política e profissão docente no Piauí Imperial, se apresente como espaço para múltiplas análises acerca do magistério público no Brasil por revelar as tensões geradas entre as construções legais que normatizavam o exercício do magistério público nas províncias e as práticas sociais e políticas que interferiam diretamente na organização do cargo de professor público. O que torna a discussão do tema muito mais do que um desafio, mas uma oportunidade ímpar de contribuir para o conjunto de análises que buscam compreender

a complexidade da profissão docente enquanto função pública do Estado imperial brasileiro.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRASIL. **Leis e Decretos do Império (1824 -1889)**, Biblioteca de apoio, APPI. CARDOSO, Teresa Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATANI, Denice Bárbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira et all (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

LE GOFF, Jacques (org.) **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (org.). In: **profissão professor**. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.

NUNES, Odilon. **Os primeiros currais**: geografia e história do Piauí setecentista. Teresina: COMEPI, 1942.

PIAUI. Presidência da província do Piauí. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa provincial.1850.

_____. Presidência da província do Piauí. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa provincial.1852.

_____. Presidência da província do Piauí. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa provincial.1854.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EdUFPI; JOÃO Pessoa: EdUFPB, 1998.

RIZZINI, Irma. A politicagem na instrução pública da Amazônia imperial: combates à política d'aldeia. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas (SP): Autores Associados, n. 10, jul-dez. 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. São Paulo, SP: Campus, 1988.

VEIGA, Cynthia Greive. A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da profissão docente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2. 2002, Natal. **Anais...** Natal, 2002.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. Antônia Rosa Dias de Freitas: apontamentos biográficos de uma professora mal comportada. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1.; ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO, 5., 20-23 jun. 2006, Guaramiranga (Ce). **Anais...** Guaramiranga (Ce): Edições UFC, 2006. p. 164-175.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. Demissões e resistências no magistério público piauiense (1860-1870): entre loucos, inábeis e

adúlteras. **Linguagens, Educação e Sociedade** - Teresina, Ano 13, n. 19, jul/dez,2008, p. 205-215

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix LTDA, 1995.